

O Brasil que queremos



Por **JOSÉ DIRCEU***

O Brasil enfrenta uma encruzilhada: ceder à pressão externa ou defender sua soberania. A escolha não é só política, mas existencial – definir se seremos nação ou colônia

1.

Há meses tenho escrito e alertado sobre os riscos para a nossa soberania e o desenvolvimento nacional representados pelas mudanças geopolíticas das últimas décadas e a volta de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos. Alertei que nossas elites se perdiam na defesa de seus interesses de classe imediatos e perdiam de vista a gravidade dos riscos e ameaças que pairavam sobre o Brasil.

Donald Trump ameaçava anexar o Canadá, comprar a Groenlândia e invadir o Panamá. Apoiava abertamente candidatos de extrema direita na Europa e diretamente o genocídio palestino perpetrado por Israel. Confrontava a União Europeia e a China. A pergunta que fiz desde então foi: quando chegará a vez do Brasil?

Nem mesmo a ação do bolsonarismo, já abertamente aliado ao trumpismo e a serviço da aliança conservadora de extrema direita mundial articulada desde os Estados Unidos com apoio das *big techs*, pareceu ter força suficiente para acordar nossas elites econômicas e políticas de direita para o inevitável: a intervenção aberta e agressiva sobre nossos assuntos internos, nossa soberania e nossa democracia, contando inclusive com o apoio de Jair Bolsonaro, seus filhos, grande parte do PL e da extrema direita e grandes grupos empresariais.

A agressão e a tentativa de submeter o Brasil vieram acompanhadas de um ataque econômico protecionista, com o uso das tarifas e medidas políticas travestidas de ações judiciais contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na verdade, Donald Trump usa as tarifas para procurar atingir um objetivo político: a anistia aos golpistas do 8 de janeiro e a Jair Bolsonaro.

A violência política das medidas são a prova de sua ilegalidade e ilegitimidade frente ao direito internacional e à ordem legal internacional, não encontrando razão alguma no comércio entre os Estados Unidos e o Brasil, nem nos acordos comerciais internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como ficou claro, o Brasil é deficitário no comércio com os norte-americanos, e nossas relações sempre foram de negociações e acordos sobre temas controversos, como aço, suco de laranja, etanol e outras questões como patentes, regulação das *big techs*, compras governamentais, tributação, entre outras. Recorde-se ainda que já resolvemos na OMC a questão do algodão, nada justificando, portanto, as tarifas de 50%. Tanto é assim que logo no anúncio delas veio a

exceção para 700 produtos e grande parte de nossas exportações.

Essa guerra tarifária política não encontra apoio sequer entre as empresas norte-americanas com sede no Brasil e nas milhares de companhias envolvidas no comércio entre os dois países. Há casos em que o principal prejudicado é o consumidor norte-americano, como a carne e o café, ou no caso da Embraer, que fabrica e dá emprego a milhares de americanos em diversos Estados do país. E, apesar do prejuízo imediato aos empresários brasileiros, há medidas de proteção, compra e crédito que nosso governo pode adotar de imediato.

O Brasil não é um país dependente do comércio com os Estados Unidos e tem uma pauta de exportações e importações diversificada em destinos e compradores. Tem, portanto, condições de superar essa agressão econômica sem precedentes e busca, por meio de negociações, reduzir ao mínimo os prejuízos.

2.

Fica evidente que o objetivo de Donald Trump e da direita norte-americana é desestabilizar o governo e a economia para beneficiar Jair Bolsonaro e a extrema direita, a fim de colocá-los no poder no Brasil mesmo às custas de uma intervenção aberta e uma agressão à nossa soberania e democracia. Os objetivos imediatos de Trump não devem nos levar a desconsiderar as verdadeiras razões para o ataque frontal ao Brasil, único em todas as medidas que os Estados Unidos tomaram – nem mesmo contra a China, pelo contrário.

O Brasil não deve jamais esquecer, e não canso de repetir, que é uma potência *per si*, pelo seu território, riquezas naturais, população e economia. Está entre os cinco países que têm mais de dois trilhões de dólares de PIB, mais de 200 milhões de habitantes e mais de dois milhões de quilômetros quadrados, podendo, em 10 ou 20 anos, alcançar o desenvolvimento, bastando resolver problemas internos que o impedem de viver uma revolução social e tecnológica: a concentração de renda e riqueza; a estrutura tributária; o rentismo, que se apropria da renda nacional e mantém os juros altos que inviabilizam o crédito e o investimento, uma questão política e social.

Assim se cruzam as razões para as extremas medidas de Donald Trump, mas que se completam: proteger e colocar no poder seu pupilo e aliado Jair Bolsonaro, inviabilizar a continuidade do governo de Lula num próximo mandato e mandar o recado, para nossas elites, de que o Império não admite um Brasil democrático e soberano, com uma política externa independente e ativa, que defende nossos interesses nacionais, seja nas relações com os Estados Unidos, União Europeia, Japão, Rússia, China, o Sul global ou os Brics, sempre com o objetivo de viabilizar nosso desenvolvimento nacional e nossa soberania financeira e tecnológica, já que somos autossuficientes em alimentos e energia.

Os Estados Unidos buscam resolver seus problemas internos e os desafios de sua hegemonia mundial pós-Segunda Guerra, ameaçada não apenas pela nova realidade geopolítica – que inclui a ascensão da China, da Índia, do Sul global e do Brics –, mas principalmente pela crise interna da economia norte-americana. Essa crise envolve déficit e dívida públicas, déficit comercial, aumento da desigualdade social, perda de competitividade de sua economia, e o custo das guerras e da máquina militar em todo mundo.

Incapaz de dar uma resposta à perda da hegemonia econômica, tecnológica, política e mesmo militar, já que não pode impor sua ordem, os Estados Unidos de Donald Trump combinam a força da guerra protecionista com o poder das suas corporações, que dominam a informação hoje em todo mundo, e que reivindicam absoluta liberdade para intervir na vida política e cultural de todos os países.

Manter o dólar como moeda mundial, mesmo artificialmente e às custas de transferir seu custo, via inflação, para os demais países, via sua desvalorização, ou ameaças contra, por exemplo, nosso Pix, ou medidas de regulação das *big techs*, ou seja, políticas de autonomia financeira e tecnológica.

a terra é redonda

O que está em jogo é nosso futuro como nação soberana e independente, nossa democracia, nossa liberdade, nosso papel na América Latina e no mundo, nosso direito de decidir o futuro. Não se trata apenas de tarifas, ainda que sejam importantes, mas se seremos ou teremos a oportunidade de, com soberania e democracia, decidir pelo voto o Brasil que queremos construir nos próximos anos.

Se depender de nós, será um Brasil livre e justo, não apenas democrático e soberano. Que nosso povo seja senhor não apenas de seu destino, mas das riquezas do Brasil.

**José Dirceu foi ministro da Casa Civil no primeiro governo Lula. Autor, entre outros livros, de Memórias (Geração editorial).* [<https://amzn.to/3H7Ymaq>]

Publicado originalmente no site [Viomundo](#)

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)